

# FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

João Carlos Petrini<sup>1</sup>

Miriã Alves Ramos de Alcântara<sup>2</sup>

Lúcia Vaz de Campos Moreira<sup>3</sup>

## 1. Introdução

A família contemporânea passa por mudanças em muitas dimensões, especialmente nas relações intergeracionais e de intimidade, caracterizadas pela maior expressão dos afetos e busca de autonomia dos seus membros, a embasar a construção subjetiva individual. Neste capítulo são analisadas as principais repercussões das mudanças na família no contexto das transformações sociais desde a segunda metade do século XX, a partir da *mutação antropológica* como categoria epistemológica a indicar novo direcionamento dos estudos sobre família em contexto de mudança. A hipótese da mutação antropológica em ato põe em relevância o estudo aprofundado das dimensões relacionais na definição teórica da família, uma vez que, articuladas a processos subjetivos e grupais, devem ser consideradas na formulação de intervenções psicossociais e de políticas públicas.

O tema família constitui um desafio às investigações das Ciências Humanas. Ao longo dos tempos, tal questão está entre as que mais têm causado polêmica. As diversas posições sociais e políticas fazem referência a ela, existindo quase sempre uma preocupação em tudo o que lhe diz respeito. Para alguns, a família, como instituição, está relacionada ao inevitável conservadorismo. Outros a consideram um recurso para a pessoa e para a sociedade, por inserir o indivíduo em processos fundamentais da constituição da identidade. Fica evidente o papel central da família em processos humanos, como a formação dos vínculos afetivos com os pais (filiação), com irmãos (fraternidade), avós e tios, cônjuges, etc., os quais possuem grande repercussão para o desenvolvimento da personalidade. Além disso, as mudanças e transições mais importantes do ciclo de vida da

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP) e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Coletiva (UFBA) e professora do Centro de Investigação e Pós-Graduação Visconde de Cairú.

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia (USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador.

pessoa são processos relativos ao contexto familiar, como é o caso do casamento, da maternidade, da paternidade, do envelhecimento, assim como das experiências do nascimento e da morte.

Mais recentemente ganha força a postura teórica que reconhece o caráter suprafuncional da família pelo qual a mesma não pode ser reduzida a nenhuma de suas funções. Esta abertura epistemológica instiga o pesquisador a reconhecer o caráter peculiar e original da família, distinguindo-a dos demais tipos de relações. A abordagem relacional entende a família como relação social com “referência simbólica e intencional que conecta sujeitos sociais na medida em que atualiza ou gera um vínculo entre eles” (DONATI, 2008, p. 25).

## **2. Mudanças familiares**

A família participa dos dinamismos próprios das relações sociais e sofre as influências do contexto político, econômico e cultural no qual está imersa. A perda de validade de valores e modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam, desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto/erro.

A família contemporânea caracteriza-se por uma grande variedade de formas que documentam a inadequação dos diversos modelos da tradição (SARACENO, 1997). A família patriarcal, estudada por Freyre (1992), que se afirmou no contexto rural, entra em crise com o surgimento de novos modelos de comportamento que regulam relações entre os sexos e as relações de parentesco. Por outro lado, em algumas regiões e nas classes sociais menos escolarizadas e expostas às mudanças culturais, sobrevivem valores que não possuem legitimidade social, sendo reduzida a possibilidade de que se reproduzam nas novas gerações.

Em seu trabalho sobre o *Poder das identidades*, Castells (2003) analisa a crise do patriarcado, entendido como “enfraquecimento de um modelo de família baseado no estável exercício da autoridade/domínio do homem adulto, seu chefe, sobre a família inteira” (p. 151). O autor observa que “a crise do patriarcado, induzida pela interação entre capitalismo informatizado e movimentos sociais pela identidade feminista e sexual, manifesta-se na

crescente variedade de modos nos quais as pessoas escolhem conviver e criar as crianças” (p. 241).

O ideal de igualdade é assimilado no cotidiano da convivência familiar, dando origem a formas mais democráticas e igualitárias de partilhar tarefas e responsabilidades entre marido e mulher. São abandonados os modelos que atribuíam o primado ao marido, reservando para as mulheres tarefas domésticas, enquanto emergem modelos familiares diversos sem que tenham uma validade.

A exigência de satisfação no momento presente coloca em questão o ideal do sacrifício individual em prol da família. A disponibilidade individual ao sacrifício para o outro é mais reduzida, o que provoca o rápido alcance do ponto de saturação do relacionamento conjugal. A independência econômica dos cônjuges configura maior autonomia individual e uma responsabilidade familiar mais compartilhada, o que predispõe, em muitos casos, à ruptura do vínculo familiar.

As mudanças atingem, simultaneamente, os aspectos institucionais da realidade familiar bem como as identidades pessoais e as relações mais íntimas entre os membros da família. Nesse sentido, Castells (2003) observa que “ao nível dos valores sociais, a sexualidade torna-se uma necessidade pessoal que não deve necessariamente ser canalizada e institucionalizada para o interior da família” (p. 261). A possibilidade de gerar filhos sem o concurso da relação sexual “abre horizontes inteiramente novos à experimentação social” (p. 262).

Nas últimas décadas, vive-se a sexualidade sem a fecundidade, a sexualidade sem o amor, a fecundidade sem a sexualidade (MELINA, 1996), traduzindo-se, na prática, a ruptura com o matrimônio concebido no entrelaçamento de amor, sexualidade e fecundidade. Estes três elementos se distanciam, cada um percorrendo um itinerário próprio, distinto dos outros, com conseqüências importantes. A dimensão lúdica parece esgotar o significado da sexualidade humana, que não encontra mais limites, podendo-se eliminar dela qualquer responsabilidade ou vínculo que estenda seus efeitos para além do momento em que se realiza como jogo.

De forma análoga, a procriação separada do exercício da sexualidade e do amor aproxima-se da atividade produtiva, segundo a lógica do mercado capitalista, incluindo a avaliação de custos e benefícios. Neste ambiente é fácil que o amor seja vivido como

sentimento efêmero ou paixão, perdendo aquela riqueza de experiência e de humanidade que a literatura mundial de todos os tempos documenta amplamente. As novas tecnologias de fecundação artificial, clonagem e manipulação genética apresentam novas questões que ainda estão em debate (SEGUIN, 1997; OLIVEIRA, 1993; RHONHEIMER, 2000).

Os aspectos “objetivos” da convivência familiar cedem espaços a aspectos “subjetivos”, por definição mais instáveis e flutuantes, decorrentes do dinamismo que as relações familiares assumem no mundo moderno. Verifica-se uma des-institucionalização da família, no sentido de considerá-la como uma realidade privada, relevante apenas para o percurso existencial dos próprios membros. Prevalece a legitimação da família como grupo social expressivo de afetos, emoções e sentimentos, diminuindo o seu significado público. Reduz-se, assim, a importância da família como instituição, assentada na dimensão jurídica dos vínculos familiares.

Indícios das profundas mudanças na concepção de família encontram-se no perfil demográfico da população brasileira, com o aumento das separações e dos divórcios, o adiamento do casamento entre jovens, a redução significativa da nupcialidade, o incremento do número de famílias reconstituídas, das uniões de fato, das famílias monoparentais e das chefiadas por mulheres (PNAD, 2006). As tarefas educacionais e de socialização são cada vez mais compartilhadas com outras agências, públicas ou privadas (GOLDANI, 2006). As mudanças são de tal magnitude e influenciaram de tal maneira a família que esta parecia desaparecer. Esta tendência parece confirmar a previsão de Cooper (1989), que anunciava “*a morte da família*”.

Muitos fatores externos à família entram em jogo para redefinir os valores e os critérios, os modelos de comportamento de cada membro. Influência significativa é exercida pela escola, pelo ambiente de trabalho, por outras instâncias formativas como associações e comunidades religiosas que podem introduzir no diálogo familiar elementos de discussão e até de conflito. A família moderna é constantemente desafiada por limites imprecisos, por aspirações de consumo, devendo reconquistar, a cada dia, as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo.

### **3. Relações entre gêneros e entre gerações**

Nas diversas modalidades que assume na história, a família caracteriza-se pelo modo específico de viver a diferença de gênero que implica as relações entre as gerações e o parentesco. A família, afirma Donati (1998), é aquela relação que nasce especificamente na base do casal homem/mulher para regular suas interações e trocas de modo não casual. É diferente o debate a respeito de gênero quando é referido às relações familiares ou quando é pensado fora da família. Nesta, “duas diversidades bio-psíquicas se encontram, interagem, compensam-se e entram em conflitos, ajudam-se e disputam entre si, trocam muitas coisas, redefinem-se uma em relação à outra, repartindo tarefas, negociando espaços de liberdade e de recíproca prestação de contas” (DONATI, 1998, p. 123).

Atualmente, alguns aspectos e âmbitos da vida social atenuam a diferença entre o masculino e o feminino, como efeito da luta contra as assimetrias prefixadas entre os sexos. Parecem ampliadas as margens de indeterminação, de tal modo que a definição de gênero resulta ter limites culturais imprecisos, sendo passível de interpretações subjetivas, que admitem um amplo espectro de variação. Enquanto antigos símbolos da diferenciação de gênero são desconstruídos, outras diferenciações emergem espontaneamente nos jogos de crianças e adolescentes, ou por indução do mercado, segundo seus interesses. É nesse sentido que Donati (1998, p. 135) afirma: “não temos um código simbólico adequado para tratar o jogo das diferenças de gênero em condições de elevada complexidade”.

A igualdade entre os sexos estende-se do cotidiano familiar até o trabalho profissional e ao empenho cultural e político, com uma progressiva tendência a não identificar nenhum trabalho como tipicamente masculino ou exclusivamente feminino. Estas mudanças foram incorporadas ao código civil, que reformulou o direito de família de modo a atender às modernas exigências.

A inserção da mulher no mercado do trabalho oferece espaço de realização, especialmente quando entra em jogo uma específica competência. Em alguns casos, o exercício de um trabalho remunerado, quando não corresponde a uma premente necessidade de contribuir para as despesas familiares, pode responder à necessidade de realização profissional e abre, para a mulher, uma relativa autonomia de consumo, orientada para necessidades dos filhos ou da casa ou para algum interesse próprio. Ela

conquista um espaço de autonomia, livre das diferentes prioridades de gastos do marido, que poderiam implicar em condicionamentos e conflitos.

Entretanto, a mulher entrou no mundo do trabalho e no âmbito social, aproximando-se de modelos anteriormente masculinos mais de quanto o homem tenha se envolvido com as tarefas domésticas, podendo-se notar uma menor aproximação dele aos papéis tradicionalmente femininos (JABLONSKI, 2007).

O aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres indica uma crescente matrifocalidade que deixa com a mulher as maiores responsabilidades para sustentar e educar os filhos, devendo administrar a casa e ter, de fato, múltipla jornada de trabalho. A esse respeito, Jablonski (2003, p. 64) afirma: “essa disparidade é vivenciada pelas mulheres de forma bastante dolorosa, uma vez que há uma promessa no ar de igualdade de funções (...). Um respeitável contingente de mulheres urbanas de classe média sente-se traído e iludido por estas promessas não cumpridas”.

As relações entre pais e filhos ganham respeito e flexibilidade, deixam os modelos centrados na autoridade e na disciplina, enquanto são incorporados os valores de diálogo, negociação, tolerância, no horizonte de um amplo pluralismo ético e religioso (KALOUSTIAN, 2005). Verifica-se uma intensidade maior de dedicação e de investimento de recursos, especialmente com relação à saúde e à educação. Estes comportamentos estão associados ao número menor de filhos que o casal está disposto a criar, de acordo com um planejamento mais ou menos rigoroso. Com isso, aumenta a expectativa de gratificação emocional e afetiva dos pais em relação aos filhos (CAMPANINI, 1989). Neste caso, observa-se certa diversidade de orientação e de comportamento em função da classe social, da renda familiar e da escolaridade dos pais.

A família sempre foi o lugar do encontro entre diferentes gerações, ora prevalecendo a cooperação, ora o conflito. Nas últimas décadas, as novas gerações divergem das anteriores quanto às metas perseguidas, aos valores respeitados e aos critérios para discernir o que vale ou o que deve ser descartado. As novas gerações experimentam, muitas vezes, uma distância e uma estranheza com relação aos pais e à geração mais velha. Um confronto sistemático a respeito de aspectos relevantes da existência, em geral, é recusado, sendo considerado desgastante e improdutivo, enquanto costuma ser valorizado o ambiente da afetividade familiar, mesmo sem estendê-lo a uma comparação mais detalhada.

No cotidiano, prevalecem formas de acomodação prática e o diálogo é substituído por negociações pontuais. Os vínculos de pertença, que ligam os pais aos filhos e vice-versa, tendem, nesse ambiente, a serem mais frouxos. Os pais reclamam que o mundo ao qual os filhos se referem como “superado”, na realidade é por eles ignorado e descartado sem o receio de perder algo de interessante. Nos últimos tempos, a imprensa noticiou atos de grave violência entre pais e filhos, chegando ao parricídio, ao matricídio e ao assassinato do filho, deixando entrever quão profunda e grave é a distância que foi construída entre as gerações.

O aumento da esperança de vida faz com que se encontrem, na mesma família, três, quatro ou até mesmo cinco gerações simultaneamente presentes. Por outro lado, os filhos tendem a permanecer na casa dos pais durante muitos anos, até terminarem os estudos e conseguirem uma situação profissional que lhes permita sair de casa e, possivelmente, construir sua própria família. Muitas vezes retornam para a família de origem com um ou dois filhos, quando se divorciam. As relações familiares tornam-se mais delicadas quando filhos já adultos, mas dependentes economicamente, comportam-se com uma autonomia nem sempre considerada positiva pelos pais (DONATI, 1998, p. 187-197).

No lado oposto, os filhos adultos que saem de casa, deixam os pais na necessidade de reorganizarem sua convivência e as relações de amizade, para cobrir o vazio deixado pelos filhos. Além disso, por causa da frequência do divórcio, criam-se complexos entrelaçamentos de parentesco, em virtude das famílias reconstituídas, podendo acontecer que um divórcio venha a cortar a cadeia geracional para os avós, como no caso em que o divorciado não tem a guarda do próprio filho. Para os pais do divorciado, a experiência de ser avós modifica-se significativamente, em alguns casos, aumentando a responsabilidade com relação aos netos e, em outros, reduzindo os contatos. Por fim, está ainda por ser adequadamente avaliado o eclipse da figura paterna em muitas famílias modernas. Nestas últimas décadas foi crescendo a densidade, empiricamente comprovada, do alerta de Mitscherlich (1970), no início dos anos 70, segundo o qual, caminhava-se para uma sociedade sem pais.

Apesar das diversas mudanças familiares, uma sondagem de opinião, realizada recentemente por um prestigioso instituto paulista<sup>4</sup>, revelou que 98% dos entrevistados

---

<sup>4</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *Família brasileira: retrato falado*. Pesquisa nacional do Datafolha, 7 de outubro de 2007.

consideram a família importante ou muito importante. No entanto, dificilmente os observadores do cenário cultural brasileiro, a partir da consideração dos meios de comunicação e das publicações especializadas, poderiam prever que a família gozasse de tanta aceitação junto à opinião pública.

O fato de a unidade familiar brasileira ser objeto de intervenção em saúde no Programa Saúde da Família (PSF), e de ter sido escolhida como parceira para implementar políticas sociais de combate à pobreza e à evasão escolar, indica outra vertente desta valorização da família. Alguém poderia afirmar: nunca a família foi tão valorizada como nestes últimos tempos.

A família é um sistema auto-poiético, ou seja, que é capaz de gerar-se e modificar-se incorporando não apenas alterações do ciclo vital de seus membros, que incluem movimentos de entradas e saídas como nascimento dos filhos, casamento dos mesmos e saída da casa paterna, como também é capaz de interagir com as mudanças que o contexto mais amplo lhe imprimem.

A família é sujeito capaz de comportar-se estrategicamente, realizando avaliações e escolhas diante de desafios e recursos numa perspectiva temporal, constituindo-se em um sistema de interação interdependente, pois mantém seus membros implicados na capacidade de alterar o comportamento uns dos outros através de seus próprios movimentos.

Apesar de ser definida pela complexidade, tende-se a considerar família qualquer convivência sob o mesmo teto, sem outras especificações além da existência de algum tipo de afetividade que ligue as pessoas. Afinal de contas, o critério domiciliar que identifica a família com o conjunto de pessoas que compartilham uma unidade habitacional, utilizado pelo IBGE, também é encontrado nos programas governamentais que envolvem a família, bem como em diversos estudos de caráter científico.

Nunca a família foi considerada de maneira tão fluida, com contornos tão indefinidos, sendo diluída a sua identidade a ponto de poder desaparecer como grupo social. Esta situação paradoxal segundo a qual ora a família é tudo, ora é nada, documenta o profundo processo de mudança que envolve a sociedade e revela a pluralidade de posturas, a diversidade de valores e metas que se encontra em nossa cultura. Por isso, os pesquisadores oscilam entre a percepção da família como uma realidade residual, destinada

a desaparecer (COOPER, 1989) e a percepção de que a família é a base de tudo (KALOUSTIAN, 2005).

A família encontra-se em constante mudança, por participar dos dinamismos próprios das relações sociais. Integrada no processo social, ela passa por transformações significativas. Em meio a turbulências culturais e sociais, a família empenha-se em reorganizar aspectos da sua realidade que o ambiente sócio-cultural vai alterando. Reagindo aos condicionamentos externos e, ao mesmo tempo, adaptando-se a eles, a família encontra novas formas de estruturação que, de alguma maneira, a reconstituem (DONATI & SCABINI, 1995; DONATI, 1998).

#### **4. A família como objeto de investigação**

Os estudos sobre o casal constituem uma vertente relevante de investigação. Para Driver e Gottman (2004), o casal foi o contexto mais importante para incremento das pesquisas nos anos 80. Isto se deu em consequência da elevação das taxas de divórcio e suas consequências para a saúde dos cônjuges e para o desenvolvimento dos filhos.

Driver e Gottman (2004), ao se debruçarem sobre questões relativas a que variáveis predizem a estabilidade marital e eventual felicidade do casal e ao que é disfuncional em casamentos fragilizados, encontrou as seguintes respostas: a) achados sugerem que uma assimetria acentuada, sendo o homem dominante, está associada a maior estresse no casal; b) a dominância feminina esteve associada a relações sexuais mais positivas, mas também a menos felicidade.

Mais recentemente, grupos de pesquisa atuantes apontam a importância na definição do *proprium* da família, a partir da observação do cotidiano da vida familiar. Estes partem da constatação de que a família redefine seus limites, distinguindo-se de outras relações. O surgimento de novos estilos de vida e de novos arranjos familiares atesta que a sociedade contemporânea passa por um processo sócio-cultural de re-diferenciação e de re-definição da família com relação a outras relações primárias. A família não é somente uma das possíveis alternativas na ampla variedade das formas familiares e das relações de intimidade, mas é uma relação com características específicas, que comporta um vínculo entre os sexos e entre as gerações.

Stephanie Coontz (2000), professora de história da família na Evergreen State College de Olympia, Washington e diretora do *Research and Public Education Council on Contemporary Families*, sublinha a importância do contexto histórico cultural nos estudos de família. Segundo ela, os historiadores podem oferecer inúmeros exemplos de como cada fenômeno pode tornar-se algo muito diferente a depender do que lhe é posto ao lado, que o circunda ou lhe é contraposto.

A atenção dos historiadores se dirige para a tensão entre as restrições institucionais e históricas sob as quais os indivíduos agem e o conjunto de recursos pessoais, culturais e sociais que eles utilizam para decidir como adaptar-se ou resistir àquelas restrições, juntamente com o conjunto das interações que, a partir das escolhas, produzem resultados imprevistos.

A professora Irène Thèry (2006), socióloga, diretora da *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS) e membro de *l'Haut Conseil à la Population et à la Famille*, levanta a seguinte questão: é possível uma única definição de família ou são desejáveis mais definições para compreender a pluralidade de situações? Para a autora, definir a vida familiar significa precisar o significado que atribuímos ao que chamamos de vida familiar. Ela questiona ainda: em que consiste uma definição? É uma operação intelectual, um ato social, ou o exercício de um poder? Qual é a relação que inter-corre entre o ato de definir e o de disciplinar? A discussão sobre definição se expõe a mal-entendidos. O primeiro deles se refere ao objeto da definição. Definir a vida familiar implica precisar o significado que atribuímos à expressão “vida familiar” e não designar uma realidade em si, como se o significado e o significante fossem a mesma e idêntica coisa.

Irène Thèry (2006) distingue três tipos de definição: a) a corrente, isto é, os usos na prática social; b) de definição convencional, isto é, a definição estabelecida na linguagem especializada, que opera como norma de referência, como na linguagem jurídica; e c) definição hipotética. Neste caso se trata de uma proposta de classificação, inserida no âmbito de uma abordagem específica para o conhecimento.

Há uma tendência a misturar as três tipologias de definição, passando de uma a outra, gerando-se confusão. Quando as definições correntes não são mais justificadas por uma correspondência empírica, à evidência sucede a incerteza. A busca de definições

adequadas pode se revestir dos caracteres de uma controvérsia de valores. Por isso, a definição sociológica de vida familiar é necessária, mas apresenta dificuldades.

## **5. Teoria Relacional da Sociedade de Pierpaolo Donati: contribuições à família**

A perspectiva relacional é um modo de conhecer e um modo de intervir sobre a família que abre uma nova perspectiva de estudo, pois constitui uma abordagem teórica, uma nova maneira de conhecer a família, ou melhor, reconhecê-la nas suas características, nos seus fatores constitutivos. Mas, ao mesmo tempo, tem utilidade operativa para planejar e realizar intervenções na realidade familiar, quer no plano das políticas sociais, nacionais e supranacionais, quer no nível micro, através do atendimento a famílias portadoras de necessidades.

A abordagem relacional analisa e interpreta os aspectos invisíveis, mas extremamente reais que ligam as pessoas para cooperar ou para entrar em conflito em sua convivência social. Recusa o individualismo metodológico, bem como o holismo metodológico, considerando que estes tipos de Sociologia apresentam uma visão distorcida e redutiva da relação social. Afirmam Donati e Colozzi (2006, p.19):

O argumento central é que não podemos explicar a relação social nem na base da ação dos indivíduos, nem na base dos condicionamentos das estruturas: a relação coloca-se noutra ordem de realidade com relação à dos indivíduos que agem (*agency*) e à das operações (os mecanismos) dos sistemas sociais. Nem se trata de conceber a relação como uma ponte entre o indivíduo e o sistema, ou como um *mix* de elementos individuais e sistêmicos, como a grande parte das sociologias a entendem. Trata-se, pelo contrário, de compreender que a relação social é o efeito emergente das interações entre ação e sistema social, que são realidades dotadas de propriedades e poderes próprios.

A teoria relacional da sociedade e a abordagem relacional da família explicitam, sistematizam e aprofundam aspectos já presentes em obras de autores latino-americanos atentos à realidade da família: desde a preocupação com a superação do assistencialismo estatal, até a valorização das relações familiares como fonte de bens e de rede de solidariedade, desde a percepção da família como recurso para a pessoa e para a sociedade, até a relevância da família para a constituição de ambientes de solidariedade nos contextos

sociais. A lista das afinidades poderia ser muito mais extensa e atesta a pertinência da obra de Donati com a problemática enfrentada na América Latina.

## **6. Considerações finais**

Apesar de os limites que podem ser encontrados nas diversas abordagens desenvolvidas nas últimas décadas, um número considerável de pesquisadores convergem no entendimento da família como relação de plena reciprocidade entre os gêneros e entre as gerações, ainda que com variações nas diversas formulações. Quando a família não vive relações de reciprocidade plenas e favorece o individualismo em lugar de fortalecer a solidariedade social, quando não é valorizada a cooperação entre os sexos e entre as gerações, a coletividade deve fazer-se cargo de tarefas que, em outras circunstâncias, as famílias assumiriam para si, aumentando consideravelmente a despesa pública. Além disso, o conflito e a violência na convivência social podem crescer nesse ambiente.

Diante disso, a mutação antropológica repercute nas mudanças familiares, exigindo maior rigor dos estudos sobre família em contexto de mudança social. Esta necessidade lança-se não apenas no enfrentamento de temas relevantes correlatos à família, como por exemplo, o casal, a definição da vida familiar e das relações familiares, mas principalmente, na elaboração de instrumentos de pesquisa capazes de captar as dimensões relacionais e simbólicas da família. Estas e outras questões justificam a necessidade e o desafio de se incrementar estudos teóricos sobre a família, que podem direta, ou indiretamente, embasar políticas sociais dirigidas a ela.

## **Referências**

CAMPANINI, G. *Realtà e problemi della famiglia contemporanea: compendio di sociologia della famiglia*. Milano: San Paolo, 1989, p. 24 e ss.

CASTELLS, M. *Il potere delle identità*. Milano: Università Bocconi Editore, 2003

COONTZ, S. Historical Perspectives on Family Studies. *Journal of Marriage and the Family*, v. 62, n. 2, 2000, p. 283-297.

COOPER, D. *A morte da família*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DONATI, P. *La società è relazione*. In: Id. (Org). *Lezioni di sociologia. Le categorie fondamentali per la comprensione della società*. Padova: Cedam, pp. 1-54. Primo Rapporto CISF sulla Famiglia in Italia: *L'emergere della famiglia auto-poietica*. Milano: ed. San Paolo, 1998.

DONATI, P. *Repensar la sociedad*. Madrid: Ediciones Internacionales Universitarias, 2006.

DONATI, P. *Família XXI: abordagem relacional*. São Paulo: Paulinas, 2008.

DONATI, P.; COLOZZI, I. (Orgs.) *Il paradigma relazionale nelle scienze sociali: le prospettive sociologiche*. Bologna: Il Mulino, 2006.

DONATI, P.; SCABINI, E. (Orgs.). *Nuovo lessico familiare*. Milano: Vita e Pensiero, 1995.

DRIVER, J.L.; GOTTMAN, J. **Daily Marital Interactions and Positive Affect During Marital Conflict Among Newlywed Couples**. *Family Process*, v. 43, n. 3, 2004.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 28.ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GOLDANI, A. M. Intergenerational Relations and Welfare State Restructuring. Why Should we Re-Think this Relationship in Brazil? *Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas*, 2006. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/livros/sixty\\_plus/Arq\\_03\\_Indice.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/livros/sixty_plus/Arq_03_Indice.pdf). acesso em 02/10/2008.

JABLONSKI, B. *O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres*. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

JABLONSKI, B. *Afinal o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca*. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003.

KALOUSTIAN, S. M. *Família brasileira: a base de tudo*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELINA, L. *Corso di bioetica*. Casale Monferrato: PIEMME, 1996.

MITSCHERLICH, A. *Verso una società senza padre*. Milano: Feltrinelli, 1970.

OLIVEIRA, M. A. *Ética e racionalidade moderna*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

PNAD. *Síntese de indicadores sociais*. IBGE: Rio de Janeiro, 2006.

RHONHEIMER, M. *Ética della procreazione*. Roma: Mursia, 2000.

SARACENO, C. *Sociologia da família*. Rio de Janeiro: Estampa, 1997.

SEGUIN, M. *A contracepção na Igreja: balanço e perspectivas*. São Paulo: Paulinas, 1997.

THERY, I. *La Distinction de sexe. Une nouvelle approche de l'égalité*. Paris: Odile Jacob, 2006.